

Senhor Ministro da Defesa

Senhor Comissário Europeu das Pescas e

Assuntos Marítimos

Senhora Directora do Centro Jacques Delors

Senhores e Senhoras

Desejo felicitar o Centro de Informação Europeia Jacques Delors, na pessoa da Dr^a. Margarida Cardoso, pela publicação de dois números da Revista "Europa - Novas Fronteiras" dedicados à política marítima europeia. Trata-se de uma publicação extremamente oportuna e relevante, para os leitores portugueses, que mostra como a importante temática dos Oceanos, finalmente, é vista como uma prioridade pela União Europeia.

Nesse sentido, saúdo a significativa presença, nesta sessão, do Senhor Ministro da Defesa Nacional, caro Professor Nuno Severiano Teixeira, com o pelouro dos Assuntos do Mar - embora estes excedam muito como Sua Excelência muito bem sabe, a dimensão defesa - e do Senhor Comissário Europeu Joe Borg, antigo ministro dos Negócios Estrangeiros de Malta, Estado membro da União que, desde há muito tem uma política concertada e inteligente sobre os Oceanos. Honro-me, aliás, de ser patrono do Instituto Internacional do Oceano, que tem sede em Malta.

A iniciativa do Centro Jacques Delors vem, de resto, ao encontro da estratégia seguida pela Comissão Europeia - com destaque para o seu Presidente, Durão Barroso - que abriu amplamente o debate europeu sobre o Mar, lançando o "Green Paper" e balizando a discussão não só ao nível dos Estados-membros e respectivos Governos e parlamentos mas também à sociedade civil, tendo especialmente em conta as Universidades e Centros Científicos especializados. Uma iniciativa meritória não só no domínio da transparência das decisões a tomar mas também da informação e mobilização dos cidadãos. Política que vai no sentido da estratégia de Lisboa, na medida em que sublinha o desenvolvimento sustentável e o conhecimento dos espaços marítimos e toda a sua complexa problemática.

Há que reconhecer que, nos últimos anos, a tomada de consciência da problemática marinha - e das graves ameaças que afectam os Oceanos, como se a sua recuperação fosse ilimitada - e ainda da influência que tem nas alterações climáticas, a nível global, tem feito amplos progressos. As recentes posições enunciadas no Painel Internacional sobre as Alterações Climáticas não deixam dúvidas sobre as ameaças que impendem sobre a Humanidade e sobre a vital necessidade de lhes fazer frente, com urgência. Nesse confronto o papel do Oceano é fundamental uma vez que representa, como se sabe, dois terços da superfície do Planeta.

Subsistem, no entanto inércias, rotinas e velhos comportamentos difíceis de ultrapassar. A União Europeia e todos os seus Estados-membros e os que lhes estão associados, têm que delinear acções comuns e parcerias - a nível local, nacional e regional - para conjurar os perigos e ameaças que nos espreitam.

No que nos respeita, como velha nação marítima e com o tradicional conhecimento dos Oceanos, que conservamos, a recente decisão do actual Governo de criar a Comissão Interministerial para os Assuntos do Mar, constitui um passo na boa direcção, mas insuficiente. Porque é necessário que o Governo manifeste uma vontade política coerente do que pretende fazer e assegure uma abordagem da temática marítima equilibrada e horizontal. De forma a conferir credibilidade ao projecto, único meio de estimular, com eficácia, o necessário empenhamento e mobilização dos cidadãos.

Considero, por isso, urgente iniciar, desde já, com espírito aberto à inovação, os reajustamentos institucionais que melhor correspondam a uma eficaz preservação dos espaços marinhos a nível nacional, sem esquecer que somos membros da União Europeia a quem devemos dar-lhe um especial contributo no domínio dos Oceanos. Que aliás é esperado pelos nossos parceiros.

Em 2008 celebramos o décimo Aniversário da Exposição Internacional de Lisboa, dedicada aos Oceanos e da apresentação, na Assembleia Geral da ONU, do Relatório elaborado pela Comissão Mundial Independente para o Oceano, intitulado "O Oceano, nosso futuro". Temos a intenção, o meu Amigo Mário Ruivo, especialista dos Oceanos, reconhecido e reputado internacionalmente, e eu próprio, de promovermos a reavaliação das conclusões e recomendações desse Relatório, que foi publicado em onze línguas e se tornou uma obra de referência, à luz da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar e dos objectivos do Milénio sobre o desenvolvimento sustentável. Será a nossa contribuição - que espero tenha de novo o patrocínio do Estado Português e de outros Estados que, igualmente, nos apoiaram então - para responder duma forma consistente, ao desafio que a Comissão Europeia nos lançou com o seu "Green Paper" e ao estímulo que representa a presença, nesta cerimónia do nosso Comissário Europeu Joe Borg.

Lisboa, 10 de Maio de 2007